

24

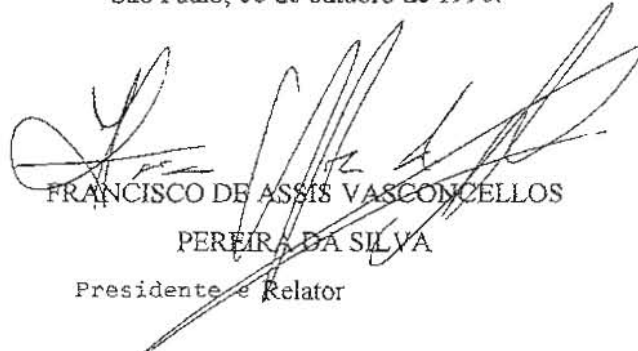
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CÍVEL nº 40.087-4/3-00, da Comarca de SÃO PAULO, em que é apelante ORESTES QUÉRCIA, sendo apelado S/A O ESTADO DE SÃO PAULO :

ACORDAM, em Segunda Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por votação unânime, dar provimento parcial ao recurso, de conformidade com o relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte do acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores OSVALDO CARON E THEODORO GUIMARÃES.

São Paulo, 06 de outubro de 1998.


FRANCISCO DE ASSIS VASCONCELLOS
PEREIRA DA SILVA
Presidente e Relator



242
S

VOTO Nº 9792
APEL. Nº 40.087.4/3-00
COMARCA: SÃO PAULO
APTE.: ORESTES QUÉRCIA
APDO.: S/A O ESTADO DE SÃO PAULO

INDENIZAÇÃO - Dano moral - Ato ilícito consistente na publicação de matéria, em periódico de grande circulação, de sensível cunho injurioso e difamante - Atribuída a pecha de criminoso ao apelante - Caracterizada a ofensa à honra subjetiva e à dignidade da pessoa humana - Crítica exacerbada a ultrapassar os padrões toleráveis do *ius criticandi* - Apelação parcialmente provida.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO - Direito constitucional inconfundível com licenciosidade - Inteligência da Lei nº 5.250/67 e da Constituição Federal - Apelação parcialmente provida.

"Vale dizer: os danos morais não de ser reparados, em atendimento aos direitos do apelante, garantidos pela condição de cidadão e pessoa humana, digna de respeito, independentemente das críticas que se lhe possam ser irrogadas, em virtude da atuação político-administrativa. Os adveustos ignominiosos suplantam os limites da liberdade de imprensa".

RELATÓRIO

Ação indenizatória de danos morais decorrentes de ato ilícito atribuído a empresa jornalística. Vem a apelação tempestiva, interposta da r. sentença (fls.



245
8

219/226) de relatório adotado, que julgou improcedente o pedido.

Opostos embargos de declaração, o dispositivo foi corrigido para extinguir o processo com julgamento de mérito.

As razões expendidas pelo apelante sustentam a não observância pela r. sentença de dispositivos constitucionais; outrossim, argumentam com a reparação necessária do mal causado à honra subjetiva e à dignidade pessoal.

Recurso respondido e preparado.

VOTO

1 - Posto que preservada a compreensão desenvolvida pelo ilustre Magistrado sentenciante, o apelo comporta provimento.

2 - Governador do Estado de São Paulo no período de 1986 a 1990, político bastante conhecido no País, agora novamente candidato ao Governo do Estado, veio a ser duramente ofendido em sua reputação - valor moral de elevado significado - por força de artigo publicado no tradicional e prestigioso jornal periódico da ora apelada, subscrivendo-o jornalista conceituada, detentora do substancioso currículo exibido nos autos para mostrar a excelente formação profissional e larga experiência.



244
8

A articulista increpa ao apelante a prática de "crimes cometidos por governantes mal intencionados", no editorial "Uma gestão privada para o Banespa" (fls. 18). Em linguagem ríspido e incontrolado, adiante para os leitores: "Aliás, nessa história de perdedores, o troféu da vitória é erguido pelos criminosos, os ex-governadores, etc"

Com a infamante balda de *criminoso*, isto é, aquele que deve ser castigado por crimes perpetrados, na expectativa, como diz o jornal, que a "Justiça não os deixe impune" (fls. 18), o apelante sofreu injúria e difamação.

Mais não é preciso transcrever para identificar o exercício abusivo da liberdade de manifestação do pensamento e da informação, reprimido pela legislação especial (Lei de Imprensa - nº 5.250/67), e principalmente pela Constituição da República

Vale dizer: os danos morais não de ser reparados, em atendimento aos direitos do apelante, garantidos pela condição de cidadão e pessoa humana, digna de respeito, independentemente das críticas que se lhe possam ser irrogadas, em virtude da atuação político-administrativa. Os adócios ignominiosos suplantam os limites da liberdade de imprensa.

Houve, em abreviado, culpa da ora apelada, que de fato não se preocupou em avaliar a potencialidade da ofensa.



245
J

Não se desconsidera - insta deixar expresso - a indispensável divulgação de informações sobre os atos governamentais e das críticas à conduta dos altos agentes públicos, até com referência a fatos suspeitosos à sua idoneidade. A denúncia equilibrada é tarefa indeclinável, capaz, inclusive, de justificar alguns excessos desagradáveis aos atingidos.

Entretanto, na espécie *sub judice*, o excesso desvela-se intolerável, representativo de real exprobração, típico vitupério a merecer reprovação, seja ou não intencional, já que suficiente a culpa (Lei nº 5.250/67, art. 49).

É preciso se despojar de mínimo sentimento de dignidade pessoal, de auto-estima, para aceitar o epíteto degradante de criminoso, de autor de crimes infames cometidos contra a coisa pública, sem se sentir ofendido. Bem por isso, em contrapartida, impõe-se o reconhecimento do ato ilícito e a correspondente obrigação de indenizar o dano moral causado.

É certo - força reconhecer com a r. sentença - que o governante deve forrar-se de espírito público, a fim de suportar censuras. Estas, porém, se contêm em limites óbvios, enquanto a imprensa não é favorecida por alvará indiscriminado para ofender quem quer que seja.

Quando ainda suspeito ou acusado da autoria criminosa, ao apelante estava assegurada a garantia



246
7

constitucional de não ser considerado culpado, correspondendo ou não essa palavra a criminoso (C.F., art 5º, LIV). Já por aí a crítica acerada ultrapassa os padrões toleráveis do *ius criticandi*; fere o direito do ex-Governador de São Paulo, independentemente do seu eventual conceito popular, da confirmação ou não das críticas generalizadas tecidas a respeito de sua atuação, aqui não sujeita a exame. A defesa do interesse público não vai a ponto de inspirar calúnias apaixonadas.

É preciso não confundir liberdade de expressão com licenciosidade: "Liberdade não significa mais ausência de limitações desagradáveis, e sim a presença de limitações agradáveis. 'Não adquirimos a Liberdade satisfazendo o que desejamos, e sim eliminando o nosso desejo' (Epitecto). Em suma, Liberdade é a não-Liberdade para fazer o mal, enquanto a Liberdade de se afastar do caminho certo é licenciosidade. 'Se uma licenciosidade desenfreada de palavra e de escrita fosse concedida a todos, nada permaneceria sagrado e inviolado... Desta forma, a licenciosidade ganharia o que a Liberdade acabaria perdendo' (Encíclica Libertas)" (NORBERTO BOBBIO, *Dicionário de Política*, Ed. Universidade de Brasília, pg. 712).

Nenhuma razão - sobreleva notar - justificou a determinação do MM. Juiz de Direito, no sentido do apelante exibir certidões de distribuições de feitos



criminais, com o desiderato de pesquisar condenações ou indiciamentos. As certidões, aliás, são negativas.

3 - A esmerada e elegante defesa da recorrida, busca com sutileza, o abrandamento da pecha inserida no jornal, apresentando-a como mero sinônimo de *culpado*, segundo registram os dicionários da língua portuguesa.

De fato, na plana estritamente terminológica, *criminoso* pode compreender aquele a quem se imputa a prática de um crime. Entretanto, na linguagem corrente das pessoas não afeitas ao tecnicismo vocabular do Direito (a grande massa da população) se diz *criminoso* ou delinqüente de quem cometeu reconhecidamente ato reprovável pela lei ou pela moral

De tão forte o termo, nos diplomas legais de natureza criminal, no Código Penal, inclusive, sentenciado, é substituído por autor, acusado, culpado, agente ou condenado. *Criminoso* é expressão reservada para os bandidos em geral.

Não se divide, pois, frente ao ordenamento jurídico, que antes da condenação o acusado tem o direito de não se taxado de culpado, e muito menos de criminoso.

Por mais arguto que se apresente o raciocínio dos arrazoados da apelada, infere-se da notícia e

247
J



248
f

dos respectivos comentários, o escopo de atribuir concretamente ao apelante a consumação de delitos penais ainda não definidos, mas relatados como se já proclamada a culpabilidade, como se não existisse alternativa ao próprio Poder Judiciário.

O direito fundamental à respeitabilidade humana cairá no vazio das inutilidades, se houver complacência com a violação, a pretexto da interpretação semântica da ofensa.

4 - A lembrança da apelada no tocante a outros noticiários da matéria é de nenhum relevo. ARRUDA MIRANDA escreve: "a ninguém se outorga o direito de reproduzir infâmias, mesmo que o fato seja notório. Nem por ter sido arrombada e saqueada uma residência, eu tenho direito de entrar nela e completar o saque" (Comentários à Lei de Imprensa, vol. 1/357, Ed. Revista dos Tribunais).

Finalmente, o jornal da apelada, de expressiva circulação no território brasileiro, com densa penetração no interior e nas grandes cidades - é preciso ressaltar - não é lido apenas pelos segmentos intelectualizados da população, capazes de distinguir a sinonímia de criminosos, culpados e acusados, ou diferenciá-los o sentido técnico-jurídico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

249
8

Não prevalece, portanto, a convicção da r. sentença, embora respeitável, de não ter ocorrido ofensa à honra.

E tem cabimento transcrever este trecho de v. acórdão desta Corte, subscrito pelo eminente Desembargador Roberto Stucchi:

"É um valor moral do indivíduo e que se quer reconhecido. É sentimento de dignidade e o conteúdo primário a ideia de honra. E todos, sejam brancos, negros, amarelos, religiosos ou agnóstico, cortesã ou penitente, todos têm a consciência de seus méritos e virtudes. E, por igual, também a estima, o respeito e a reputação dos outros. Sem dúvida, a pessoa pode nutrir um exagerado conceito de si mesma e não gozar da alheia estima. Nem por isso será alvo de livres insultos" (Apel. Civ. nº 272.465-1, 10ª Câmara de Direito Privado, *in* JTJ-Lex 195/90).

Enfim, a matéria publicada malferiu a Constituição da República e a Lei nº 5.250/67.

5 - Assim resolvido, cabe estimar a indenização. Nesse ponto, à vista das peculiaridades do caso concreto e parâmetros ditados pelo artigo 53 da Lei nº 5.250/67, arbitra-se a título de indenização a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).



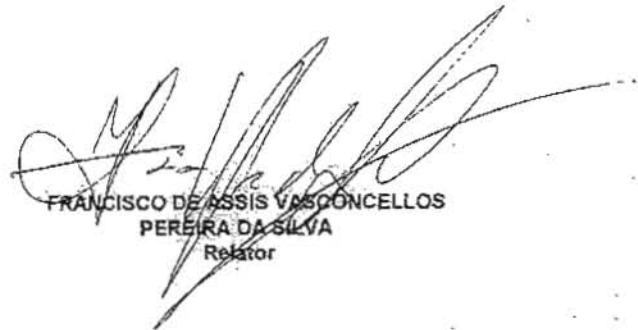
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

230
8

9

A procedência, todavia, é parcial, visto que o pedido do apelante é superior ao que ora se fixa.

Em face da sucumbência de ambos os litigantes, são recíprocas e proporcionalmente distribuídas e compensadas entre eles as despesas do processo e os honorários de advogado (CPC, art. 21).



FRANCISCO DE ASSIS VASCONCELLOS
PEREIRA DA SILVA
Relator